

Uma terceira conversa com Jorge Correia Jesuíno

Maria de Fátima Barbosa Abdalla¹

Orcid: 0000-0001-8290-959X

Esta é a nossa terceira *conversa* com o Prof. Dr. Jorge Correia Jesuíno, a quem sou eternamente grata por compartilhar suas ideias e memórias, em especial, a respeito do papel das representações sociais em sua vida profissional, como docente e pesquisador. É preciso acrescentar, aqui, que se trata de uma conversa e não de uma entrevista, a pedido do próprio Prof. Jesuíno, com quem aprendi que as reflexões que tecemos em conjunto não são apenas trocas de palavras, mas um diálogo ou uma “conversação²”, que pode apresentar “focos de vivência” e de “visões de mundo”, como ele mesmo afirma em uma entrevista com Serge Moscovici (Jesuíno, 2015, p. 327).

JCJ não é facilmente classificável dada à diversidade de seus interesses embora a área disciplinar de sua atividade profissional se situe no domínio da Psicologia Social e das Organizações. É professor emérito do ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa, a sua *alma-mater*, e membro do Centro de Investigação e Intervenção Social (CIS -Iscte). Foi agraciado com o título de Doutor Honoris Causa pela Universidade Federal da Paraíba (UFPE), em 2008, e pela Universidade Pantheon de Atenas, em 2017. Tem participado de nossos estudos, que visam a tecer relações entre a Teoria das Representações Sociais, de Serge Moscovici (1925-2014), e a Teoria de Ação, de Pierre Bourdieu (1930-2001).

A nossa intenção não é só dar continuidade aos outros diálogos que desenvolvemos (Abdalla, 2022; Abdalla, 2024), mas, sobretudo, trazer aspectos que possam esclarecer em que medida a teoria moscoviciana influenciou (e influencia) pesquisas ao redor do mundo, e, em especial, em Portugal e Brasil.

Durante esta nossa “conversa” alguns aspectos nos chamaram a atenção. O primeiro, certamente, tem a ver com a importância da “memória social” como referência abordada na perspectiva da TRS; pois, JCJ não só a exemplificou, mas, com suas próprias memórias em discussão, procurou ressignificar essa vertente teórica. E os demais aspectos que se relacionam com os conceitos-chave, que nos apresentou a respeito da teoria moscoviciana, apontando também seus desdobramentos em outras abordagens teóricas. O que tem significado uma ampliação do “trabalho de fronteira” como ele nos ensina no decorrer deste nosso diálogo.

Esperamos que este diálogo possa gerar novas interrogações sobre o sentido e o valor da abordagem teórica moscoviciana para as pesquisas que desenvolvemos, na direção de

¹ Doutora em Educação pela FE-USP e com pós-doutorado em Psicologia da Educação pela PUC/SP. Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Católica de Santos, São Paulo - Brasil. Membro da Latin American Studies Association (LASA) e pesquisadora associada do Centro Internacional de Estudos em Representações Sociais e Subjetividade – Educação. E-mail: mfabdalla@uol.com.br.

² As palavras do Prof. Jesuíno foram mantidas no idioma português de Portugal.

provocar atitudes críticas frente ao que nos é oferecido atualmente e na perspectiva de que possamos enfrentar as nossas próprias histórias e abrir possibilidades de reconstrução teórica, epistemológica e metodológica a partir da TRS, tanto no campo da Educação como em outras áreas do conhecimento. Passemos, agora, às suas reflexões a partir das questões propostas.

MFBA – Gostaria de iniciar esta nossa nova conversa, perguntando-lhe sobre suas *memórias* pessoais/profissionais a respeito de como foi o seu encontro com a TRS, de Moscovici? Quais interesses o *influenciaram* neste sentido? Quais encontros em sua caminhada de vida que o fizeram a aderir às ideias moscovicianas? E em que aspectos?

JCJ – Permita-me, cara Colega, um mínimo de contexto. Vou procurar ser sucinto. E começo pelo contexto nacional. Recordo que vivi num regime de ditadura que durou 48 anos e só foi ultrapassado com a Revolução, de 25 de Abril de 1974, que teve lugar, portanto, há 50 anos. É natural para quem tenha a generosidade de nos ler que, nos tempos de hoje, tais circunstâncias não estejam presentes. Portugal era um país colonialista. O Brasil seria a joia do império português, tornando-se independente em 1822, mas o império em África manteve-se e terá sido a justificação do regime para se manter até 1974. Pessoalmente, conheci bem o que foi esse regime autoritário e repressivo. Uma longa vida, como é o meu caso, permite que a memória chegue mais longe. Para passarmos ao âmbito da questão que me coloca e nos situar na vivência universitária e, mais especificamente, nas ciências sociais, gostaria igualmente de lembrar que esta área disciplinar só veio a conhecer no meu país uma trajetória normal, ou seja, idêntica à praticada na cultura ocidental, *lato sensu*, após a queda do fascismo. Neste contexto, disciplinas como a psicologia tal como a sociologia não faziam parte do currículo do Ensino Superior (ES). Só mesmo no final do regime, a partir de 1972, verificou-se uma tentativa de modernização, mediante a criação de novas universidades para além do tradicional trio de Lisboa, Porto e Coimbra. Antonio de Oliveira Salazar (1889-1970), o ditador que nos governou com mão de ferro foi vítima de uma queda que o impossibilitou, sendo substituído por Marcello Caetano (1906-1980), ele próprio um universitário de prestígio e teórico do corporativismo inspirado no fascismo italiano. Durante os últimos seis anos do regime, de 1968 a 1974, a situação internacional mudou muito, entretanto no Brasil também se verificou uma viragem autoritária com a implantação dum regime militar, permitindo nomeadamente conceder asilo político a políticos portugueses como Marcello Caetano e tantos outros, tanto políticos como empresários, que lá se refugiaram e lá se reorganizaram até que novos tempos, mais favoráveis, garantissem o seu regresso a Portugal.

Fiz novamente um desvio, diria que inevitável, mas estava a referir que é, em 1972, que se inicia em Portugal a transição da universidade elitista para um acesso mais aberto e democrático como o que agora conhecemos, traduzido, hoje em dia, por uma população do ensino superior da ordem dos 450.000 alunos, o que, em termos percentuais se acha próximo da União Europeia de que o País faz parte desde 1986.

MFBA – Professor, penso que este é mesmo um “desvio inevitável” para observarmos em que medida as circunstâncias sociais e políticas nos abalaram (e nos abalam), em especial, naqueles tempos de ditadura, tanto em Portugal, como aqui no Brasil. O que me faz lembrar daquele pensamento de Moscovici (2011a, p. 369), quando nos diz que: “A árvore não deve nos ocultar a floresta”. Consigo observar, neste seu “desvio”, uma preocupação salutar de não se “ocultar a floresta”, para que se possa compreender esse tempo vivido por nós. Ou seja, um tempo de regime autoritário, que não nos permitiu analisar o senso comum e o pensamento social que se derivam do cotidiano; talvez, por representar uma ameaça. Diante disso, pergunto ao Sr.: Como



era tratada a Psicologia? E qual o seu papel em Portugal, em especial, após o período ditatorial? E poderia nos contar qual o seu interesse nesta área?

JCJ – Como já referi, a psicologia só era lecionada enquanto disciplina, mas não enquanto licenciatura, ou seja, institucionalizada numa faculdade ou instituto dando acesso a uma carreira profissional. Era o tempo dos médicos-filósofos, uma designação que adotamos dos franceses para aplicar as competências requeridas posteriormente aos psicólogos profissionais. Sabemos, aliás, que a psicologia como ciência implicando o recurso sistemático ao método científico é igualmente tardia, atribuindo-se a Wilhelm Wundt (1832-1920) a sua fundação. A Portugal, com o atraso que sempre nos caracterizou, tudo chega mais tarde e muito em particular no que se referia às Ciências Sociais. A psicologia que estudei no curso de filosofia era algo de elementar e limitada à psicologia diferencial. Em todo caso e dadas as exigências mínimas em termos da preparação de quadros que começaram a sentir-se, na década sessenta, foi criado, por iniciativa privada, o Instituto Superior de Psicologia Aplicada (ISPA), em Lisboa, sobretudo vocacionado para a psicologia clínica e psicologia educacional, e que hoje é ainda uma das instituições do ES mais bem cotadas em termos de investigação e de ensino. O meu interesse pela disciplina não era tanto no domínio da psicologia diferencial, que encontrei na frequência do curso de filosofia, mas sobretudo na epistemologia genética, introduzida por Jean Piaget (1896-1980), que remete naturalmente para a psicologia cognitiva. Cheguei a candidatar-me a um doutoramento em filosofia nesta área que não veio a concretizar-se devido à turbulência dos anos que viriam a seguir.

MFBA – O Sr. exerceu a docência nesta área da Psicologia? E como foi este seu trabalho? Quem foi o autor que mais lhe influenciou neste seu caminho?

JCJ – A docência que exerci no ISPA, em seguida, diversificou-se passando a partir de 1976, a ter também lugar na área da psicologia social em paralelo e integrado na mesma equipa que lecionava no ISCTE. Publicamos vários textos, muitos deles em colaboração com o médico psiquiatra psicólogo Orlindo Gouveia Pereira, colaboração essa que entretanto se manteve até hoje e a quem em grande parte devo a minha integração na carreira universitária. Tive também ocasião de lecionar, nos anos de 1976 e 1977 na Faculdade de Filosofia da Universidade de Lisboa, um curso livre de epistemologia genética. Jean Piaget foi e continua a ser um dos autores que mais me influenciou e só lamento não ter tido oportunidade de o conhecer em pessoa, limitando-me a estudar e a publicar sobre a sua obra, prática que continuo a manter e nela sempre encontrar novas ideias e também a nunca esquecer o meu vínculo à epistemologia. A minha entrada, enquanto docente no ES público, remonta igualmente a 1972 no novo Instituto público, então criado com a designação de Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE) de que hoje sou professor emérito. A Colega perguntará, e bem, o que teria então justificado o convite de que fui alvo para integrar uma equipa docente, numa Escola de Ciências do Trabalho e da Empresa e qual a possível relação com o desenvolvimento cognitivo e Jean Piaget, que lecionava no ISPA?

MFBA – É isso mesmo, Professor. Pode esclarecer, então, essas questões, contando um pouco mais sobre sua experiência docente no ISPA?

JCJ – A explicação não é imediata e denota as fragilidades destes inícios de modernização. A equipa onde me integrei era constituída por professores portugueses que tinham completado os seus doutoramentos em universidades estrangeiras, o que não era o meu caso, e com os quais

eu tinha ligação e com os quais muito vim a aprender. A experiência era escassa e houve muito de improvisação e de autodidatismo nesses primeiros tempos em que lançávamos novas disciplinas e nos iniciávamos na pesquisa científica. A minha colaboração no ISCTE teve lugar no âmbito da sociologia empresarial, socorrendo-me em parte da minha própria experiência adquirida na carreira naval em termos de teoria das organizações. Será de resto nessa área que irei desenvolver a minha tese doutoral em processos de liderança organizacional numa perspectiva psicossociológica. E será igualmente, nesse âmbito disciplinar, que vou lecionar no ISPA em paralelo com o ISCTE. Esses eram também tempos em que a circularidade interdisciplinar, ainda que não pelas melhores razões, seria mais praticada.

Se é certo que a psicologia social dera já os seus primeiros passos com o Professor Pina Prata, o catedrático com quem trabalhei vários anos no ISCTE e meu orientador no doutorado, nomeadamente na aplicação de modelos de terapia sistémica a disfunções organizacionais, só alguns anos mais tarde esse contacto com a disciplina viria a adquirir momento. Aqui, podemos indicar uma data precisa, e essa é do ano 1980, em que os colegas Jorge Vala e Maria Benedita Monteiro, nomes bem conhecidos no Brasil, ambos doutorados em Lovaina, sob orientação do Prof. Jacques-Philippe Leyens, tiveram a ideia e a iniciativa de organizar um encontro em Lisboa, que de algum modo contribuísse para apresentar o estado da disciplina na Europa. Nesse encontro Inaugural participaram, para além do já citado Jacques Philippe Leyens (1942-2017), psicólogos como: Henri Tajfel (1919-1982), Willem Doise (1935-2023), e sociólogos como Michel Crozier (1922-2013). Serge Moscovici (1925-2014) foi convidado, mas não tinha agenda. Esse terá sido o meu primeiro contacto com a Psicologia Social Europeia. Apresentei nesse encontro um curto ensaio com o título “*Anomia e Mudança na Sociedade Portuguesa*”, em que procuro interpretar os dados empíricos relativos a Portugal, no estudo transcultural de David McClelland (1917-1998), propondo a tese de que a cultura portuguesa se caracteriza pelo que então designei por “*individualismo anómico*”, que ainda hoje poderá ter interesse reconsiderar. A ideia subjacente era descrever um tipo de individualismo, enquanto traço cultural, mais paroquial e fechado do que institucional e aberto, tendo como paradigma o modelo institucionalista norte-americano.

MFBA – O Professor citou alguns nomes que também tiveram e têm relevância aqui, no Brasil, e que marcaram (e marcam) a presença da Psicologia Social, tal como a obra do mesmo nome de Vala e Monteiro (1997). Aliás, o Sr. tem dois capítulos neste mesmo livro: um trata da temática da “*Psicologia Social Europeia*” (Jesuíno, 1997a), em que destaca as orientações da psicologia social na Europa e nos EUA, indicando alguns pontos de destaque; o outro tem a ver com a “*Estrutura e processos de grupo: interações e factores de eficácia*” (Jesuíno, 1997b), em que ressalta questões que se referem aos grupos da escola, do mundo do trabalho e de outros espaços. Mais diretamente a esta nossa conversa, considero que é muito pertinente este seu primeiro texto devido a seus esclarecimentos sobre o significado da PSE face à Psicologia Social Americana (PSA), buscando a “*identidade social*” daqueles que pertencem à PSE. Além disso, quando reforça, de acordo com Moscovici, que a psicologia social tem um “*lugar central*” e uma “*função unificadora*”. As questões desenvolvidas nos levam também a pensar nas representações sociais frente a outros estudos, como, por exemplo, aos estudos transculturais³. Nesta perspectiva, como o Sr. vê a relação entre a psicologia social e os estudos transculturais? Participou de alguns desses estudos? Quais são suas lembranças a respeito das tendências e/ou

³ A Psicologia, conforme Gomes *et al.* (2017), tem buscado contribuir também com conhecimentos relacionados à compreensão dos contextos culturais e/ou transculturais, nos quais os fenômenos ocorrem de modo a levar em conta a diversidade existente, a relação entre cognição, comportamento e cultura, no sentido de identificar o papel do contexto no desenvolvimento humano.



mudanças na interpretação da TRS? Conte-nos sobre algum episódio que o Sr. considera pertinente para que possamos compreender, melhor, a influência desses diferentes estudos para a Psicologia Social e para as representações sociais.

JCJ – Os estudos transculturais sempre me interessaram e tive ocasião de participar em alguns deles, como foi o caso do GLOBE, acrónimo para Global Leadership Behaviour Effectiveness Research Program, coordenado por Robert J. House (1932-2011), que envolveu 172 investigadores e 62 países (Jesuíno, 2002). De certo modo a interpretação que propus, no artigo de 1981, teria sido validada neste estudo 20 anos depois.

O Encontro de 1980, em Lisboa, levou a estabelecer ligações de estreita colaboração com Henri Tajfel, todavia interrompidas pela sua morte prematura dois anos depois, em 1982. De qualquer forma a sua presença deixou marca por virtude do impacto causado pela sua teoria da identidade social (TIS). Foi, todavia, ainda possível, publicar a obra da sua autoria *Grupos Humanos e Categorias Sociais* (Tajfel, 1981), numa coleção que eu então dirigia, numa tradução para português pela colega professora Lígia Amâncio; hoje, um nome internacional bem conhecido no Brasil pelos seus trabalhos no âmbito dos Estudos do Género⁴.

Bem mais prolongada foi a colaboração com Willem Doise (1935-2023), a quem muito devemos pela generosa disponibilidade e orientação em projetos de Psicologia Social, não só na área das Representações Sociais (TRS), mas também na área das relações intergrupo no âmbito do modelo de Henri Tajfel. Acresce que Willem Doise colaborava já intensamente com Serge Moscovici em Paris, vindo, em seguida, a integrar-se na equipa de Jean Piaget em Genève, cargo que manteve até à sua jubilação. O convite de Jean Piaget fora feito a SM, que não aceitou, vindo Doise a ocupar essa posição. A proximidade de Doise a Piaget, cuja teoria tanto me interessava, agora reforçada com uma maior atenção aos processos sociocognitivos e suas consequências pedagógicas, constituía mais uma oportunidade de colaboração, que veio a ter lugar tanto no ISPA como no ISCTE.

MFBA – Entre os nomes referidos, penso que Tajfel (1981) nos ajuda a refletir sobre a questão dos “grupos humanos” e, em especial, a respeito do papel da identidade social nas relações intergrupais e em seus conflitos. Conforme Doise (2002a), com a ampliação de seu modelo, abordando os efeitos da categorização na percepção, em especial, em seus estudos sobre os estereótipos sociais e a discriminação, Tajfel se torna um marco em relação ao campo de estudos sobre relações intergrupais. Também, gostaria de reforçar a importância que teve (e tem) a produção de Doise em relação à sua abordagem societal, por conta da articulação que propõe com a teoria bourdieusiana, e que tem a ver com algumas de nossas preocupações⁵. Em especial, quando Doise (1989) considera que as *representações sociais* (RS) são os *princípios organizadores* das relações simbólicas que existem entre atores sociais. Ou mesmo, quando afirma, sob influência bourdieusiana, que as RS são “*princípios relacionais* que estruturam as *relações simbólicas* entre indivíduos ou grupos, constituindo ao mesmo tempo um campo de troca simbólica e uma representação deste campo” (Doise, 1989, p. 250, tradução livre, grifos nossos). Além disso, o texto de Doise (2002a) pretende mostrar, segundo minha leitura, a necessidade de uma psicologia societal que articule explicações no nível individual e social,

⁴ Dentre os trabalhos de Lígia Amâncio sobre *estudos do género*, mencionado por JCJ, destaco um deles, que escreveu em coautoria com João Manuel de Oliveira, e se intitula “Teorias feministas e representações sociais: desafios dos conhecimentos situados para a psicologia social” (Oliveira; Amâncio, 2006).

⁵ Menciono, aqui, as relações teóricas e metodológicas que temos realizado a partir dos estudos moscovicianos e bourdieusianos, em que o Prof. Jesuíno esteve presente, assim como outros colegas (Abdalla, Domingos Sobrinho; Campos, 2018; Abdalla, 2019; Lima; Villas Bôas; Abdalla, 2022).

considerando, sobretudo, as dinâmicas sociais, interacionais, posicionais e de crenças. Nesta direção, penso, Professor, que aquele seu artigo “Continuidades e descontinuidades da psicologia à sociologia” (Jesuíno, 1980) tende a dar algumas saídas para o problema referente às “fronteiras” entre essas ciências, principalmente, quando diz que: “[...] há que mostrar que o *homo psychologicus* não pode ser abstraído do *homo sociologicus*, tal como o *homo sociologicus* não pode ser abstraído do *homo psychologicus*” (Jesuíno, 1980, p. 6). E continuando com esta nossa conversa, poderia nos falar sobre algum momento em que presenciou o posicionamento de Doise ou de Moscovici em relação à Psicologia Social sendo marcada pelas representações sociais?

JCJ – Em 1982, é organizada uma Reunião em Itália, em Ravello, na deslumbrante Costa Amalfitana, coordenada por Serge Moscovici e Willem Doise, cujo objetivo visava examinar possíveis especificidades da Psicologia Social, ainda que incipientes, praticada, nos países euro- latinos - França, Itália, Espanha e Portugal. Tanto Serge Moscovici como Willem Doise, então membros ativos da Associação Europeia de Psicologia Social (EASP), estavam interessados no desenvolvimento da disciplina, imprimindo-lhe uma marca que de algum modo a demarcasse do positivismo característico da Psicologia Social Norte-Americana. Desenvolvi essa ideia numa especificidade europeia, numa psicologia social mais social, brilhantemente sustentada por SM no capítulo dedicado à Psicologia Social Europeia, no Manual de Psicologia Social editado por Jorge Vala e Maria Benedita Monteiro nas suas primeiras edições, que já foi mencionado pela Colega, bem como num texto que publiquei “*O que é a Psicologia*” (Jesuíno, 1992).

A data de 1992 é, particularmente, significativa, por ser então, dez anos depois, que a comunidade, agora já identificada em termos de *representações sociais*, volta a reunir, igualmente em Ravello, e de certo modo se procede à sua instituição subdisciplinar. É também, então, que se verificam tendências para uma diversificação metodológica traduzida na abertura de Moscovici à abordagem estruturalista introduzida pelos psicólogos sociais da Universidade de Marselha – Jean Claude Abric (1941-2012) e Claude Flament (1930-2019) - vulgarmente conhecida como *Teoria do Núcleo Central*. Quanto à passagem ao nível mais inclusivo numa *psicologia societal*, estou inteiramente de acordo com a Colega, e recordo um capítulo de Willem Doise (2002b), com o título “Jalons pour une Psychologie Sociétale”, em que defende essa extensão metodológica. De resto, uma das importantes contribuições do Willem consistiu no relevo epistemológico que atribuiu aos níveis de análise em psicologia social.

MFBA – Julgo do maior interesse o mapeamento que nos propõe para melhor compreendermos as tendências que foram emergindo no âmbito da TRS, até chegar em um de seus desdobramentos como o da Teoria do Núcleo Central e, em especial, do conceito de *núcleo central*. No Brasil, há uma publicação organizada por Jodelet (2001), que introduz dois textos a este respeito: um é de Abric (2001), que explicita o seu interesse pelo estudo experimental das representações, e indica sua especificidade, as hipóteses formuladas, a estrutura interna e a dinâmica das representações, identificando a emergência do núcleo central; o outro é de Flament (2001), que apresenta questões em torno da “ideologia e representação” e das “práticas e representações”, e afirma, dentre outros aspectos, que “uma representação social comporta esquemas periféricos, estruturalmente organizados por um núcleo central, que é a própria identidade da representação” (p. 184). Diante disso, penso que o conceito de *núcleo central* se tornou mesmo essencial para muitas das pesquisas que são desenvolvidas na perspectiva da Teoria do Núcleo Central, em especial, no Brasil. O que pensa a este respeito?

JCJ – Esse conceito metodológico vai conhecer um assinalável desenvolvimento no Brasil, em grande parte devido ao magistério exercido por Celso Sá (1940-2016), esse nome sênior na psicologia social, e não só brasileira. Celso Sá é a única presença brasileira, que eu recorde nessa reunião de 1992, em Ravello. É aí que nos conhecemos e que estabelecemos projetos de colaboração luso-brasileira a que Jorge Vala igualmente se associa. Entretanto, tomamos conhecimento pelo Celso que a Teoria das Representações Sociais já fora divulgada no Brasil por Denise Jodelet (1935 -), colaboradora muito próxima de Serge Moscovici. Isso levou-me a agradecer dizendo que em termos de psicologia social não foram os portugueses, mas os franceses a primeiro chegarem ao Brasil. A partir daí, o desenvolvimento é muito rápido, assumindo os colegas brasileiros um protagonismo decisivo para a consolidação da psicologia social, designadamente no domínio das representações sociais. É, assim, que em 1994 se realiza a primeira (para alguns teria sido Ravello em 1992) Conferência Internacional de Representações Sociais (CIRS) no Rio de Janeiro, evento que terá lugar, a partir daí, de dois em dois anos, alternadamente na Europa e na América Latina, e alternando, nos anos ímpar, com as Jornadas Internacionais (JIRS) em cidades brasileiras, além de múltiplas iniciativas de carácter temático, bem como de Escolas de Verão organizadas localmente. A implantação da Teoria vai, por outro lado, diversificar-se e diferenciar-se, o que só confirma a sua fecundidade. Hoje, não me é fácil ter uma visão integrada das variantes de que a teoria foi sendo objeto nem tampouco da multiplicidade das suas aplicações.

Quanto à TNC relembro a referência que nomeadamente Flament fez às aplicações do modelo no Brasil, por Celso Sá, sobre a representação social da ciência porventura tomada como paradigmática de muitas outras que se lhe seguiram. Em termos mais pessoais recorde ter colaborado num projecto internacional sobre representações da economia coordenado por Pierre Vergès da Universidade de Aix, a quem se deve, em conjunto com Flament, a construção e operacionalização do modelo matemático da “análise das similitudes” que servirá de base a uma análise mais sofisticada dos dados empíricos e que veio a constituir a imagem de marca da TNC. Não foi, todavia, esta a orientação que vim a adoptar preferindo a perspectiva mais genealógica da chamada “escola de Paris ou seja do duo Moscovici – Jodelet”.

MFBA – Concordo com esta sua fala. E, neste momento, gostaria de enfatizar o quanto foi importante a presença forte de Denise Jodelet, entre nós, participando de Conferências Brasileiras sobre Representações Sociais (CBRS), dos CIRS e JIRS, e contribuindo não só para a divulgação da obra moscovicianiana, mas, sobretudo, mostrando sua fecundidade, destacando seus objetos de pesquisa, suas direcções e proposições (Jodelet, 2011). Há que se acrescentar a disposição de Jodelet (2017) em analisar a pesquisa latino-americana a partir das representações sociais, para que se alcançasse um “saber sociocultural sem fronteiras”, que pudesse apreender o “simbólico, o histórico e o cultural”.

Também, um outro ponto que gostaria de comentar é o fato de Jodelet (2017), com base em Augé, explicitar-nos as lógicas que vão regendo as construções simbólicas ao se referirem “a um estado do social e ao regime histórico” (p. 71). Neste sentido, ela recupera a “tríplice lógica”, de Augé, indicando: 1º a *lógica da diferença* – que se apoia, primeiro, na diferença biológica, de gênero, reproduzindo sistemas de classificação binária; 2º a *lógica da referência* – que se introduz nos sistemas culturais, destacando o lugar das relações sociais e de poder; e 3º a *lógica do tempo ou a cronológica* – que diz respeito à “inscrição dos acontecimentos na história dos indivíduos e dos grupos” (Jodelet, 2017, p. 71). Ou seja, parece-me que é significativo analisar as abordagens que foram sendo construídas a partir da teoria moscovicianiana, delineando diferenças, delimitando suas referências e conquistando, no decorrer do tempo, outros espaços e situações vivenciadas por aqueles que realizam suas pesquisas nesta



direção. Além disso, Jodelet (2001) também nos instiga a mapear o espaço relacionado ao estudo das representações sociais, por meio das três questões propostas por ela, quais sejam: “Quem sabe e de onde sabe?”; “O que e como sabe?”; e “Sobre o que sabe e com que efeitos?” (p. 28). A partir dessas perguntas, a autora também explicita as três problemáticas daí decorrentes, que vêm sendo estudadas ou investigadas no campo da TRS, tais como: a) as “condições de produção e de circulação”; b) os “processos e estados”; e c) o “estatuto epistemológico das representações sociais” (Jodelet, 2001, p. 28). Tais problemáticas também contribuem para esboçar um mapeamento sobre os estudos, investigações e outros desdobramentos para a TRS.

Assim como comentou, não posso deixar de falar sobre a posição de Celso Sá (2007) diante da constituição da psicologia social brasileira, que, para ele, se caracteriza por ser fundamentalmente “plural, crítica e avessa a fronteiras disciplinares rígidas” (p. 12). Ainda reforço, como o Sr. indicou, que a noção de *núcleo central* de uma representação social, proposta por Abric (1994), foi estudada, investigada e divulgada por Sá (1996a, 1996b). Ainda, temos um outro livro de Sá (1998), que contribui, imensamente, para a “construção do objeto de pesquisa em representações sociais”, em especial, junto aos nossos alunos. Nesta direção, considero importante mencionar também a respeito do texto de Celso Pereira de Sá e Angela Arruda (2000), que trata de apresentar um estudo das representações sociais no Brasil, tecendo um levantamento inicial da trajetória das RS, de 1982 a 1997. E destaco, ainda, o texto “Intercambios entre la educación y la teoría de las representaciones sociales en Brasil”, de Clarilza Prado de Sousa e Adelina Novaes (2022), ao discutirem pesquisas mais atuais desenvolvidas pelo Centro Internacional de Estudos em Representações Sociais e Subjetividade – Educação (CIERS-ed⁶), e que abordam a relação Educação e a TRS.

Para além desses dados, o Professor teria mais algum aspecto importante para destacar em relação às outras vertentes abordadas pela Psicologia Social, situando ainda as representações sociais?

JCJ – Obrigado, cara Colega, por todas estas precisões muitas das quais não me eram familiares. Apenas, gostaria de acrescentar mais uma observação que é também uma homenagem ao desenvolvimento desta linha de pesquisa no Brasil. Refiro mais uma vez ao papel pioneiro de Celso Sá, agora na vertente da “*memória social*” que, partindo de Maurice Halbwachs (1877-1945), e posteriormente retomada por Denise Jodelet, deu lugar a vários estudos publicados por Celso senão mesmo à criação duma escola com a sua própria identidade. Recordo aqui o estudo que, por ideia dele, levamos a efeito sobre a memória social do achamento do Brasil, em 1500, ou seja, como esse evento histórico é hoje interpretado tanto pelas elites intelectuais como pelo senso comum, bem como é transmitido às gerações futuras tanto nas escolas como nos *media*. Constitui decerto uma das tendências mais prometedoras da disciplina esse cruzamento da TRS com outras disciplinas sociais e humanas, como é o caso da Antropologia, da Sociologia e da História. Desse estudo de caráter multidisciplinar que reuniu psicólogos, sociólogos, antropólogos e historiadores, tanto brasileiros como portugueses, veio

⁶ O CIERS-ed foi criado em 2006, sob a iniciativa de Serge Moscovici (Fondation Maison de Sciences de l’Homme, França), Denise Jodelet (École des Hautes Études em Sciences Sociales, França) e Clarilza Prado de Sousa (PUC/SP); e, atualmente, é coordenado por Adelina Novaes (Fundação Carlos Chagas/FCC e Universidade Cidade de São Paulo). O CIERS-ed/FCC conta, também, com duas Cátedras, lideradas por Lúcia Villas Bôas: Cátedra UNESCO sobre Profissionalização Docente e Cátedra Franco-brasileira Serge Moscovici (esta última em aliança com Nikos Kalampalikis). Dados disponíveis em: <https://www.fcc.org.br/educacao-pesquisa/ciers/>. Acesso em: 08 de fev. 2025.



a ser publicado, pelo Museu da República no Rio de Janeiro, um livro coordenado por Celso Sá e Paula Castro (2005) com o título “*Memórias do Descobrimento do Brasil*”.

MFBA – Sobre este precioso estudo, aqui, no Brasil, tivemos acesso a esta obra de Sá, que trata das “memórias do descobrimento do Brasil” (Sá; Castro, 2005) e uma outra publicação (Sá *et al.*, 2000), que busca caracterizar o estado da memória social do descobrimento do Brasil na população brasileira (742 sujeitos adultos), um ano antes da comemoração de seu quinto centenário. E os resultados, sob a perspectiva da TRS, procurou definir: qual a predominância da chegada dos navegadores ao Brasil na memória desses sujeitos; quais foram as denúncias e críticas à história oficial que foram feitas; e se coexistem atitudes favoráveis e desfavoráveis quanto aos descobridores e colonizadores portugueses. Realmente, o Sr. ter vivenciado esta pesquisa deve ter sido muito significativo! Neste momento, queria voltar a tocar, particularmente, em Jodelet (2017), que também nos brinda com esta temática da “memória social”, de forma muito significativa, em especial, ao tratar dos “conflitos entre histórias e inscrições espaciais da memória”, pontuando os modelos que orientaram as relações entre a história da memória, os problemas dos conflitos, a oposição entre memória e história, as relações entre memória e cidade, e a dimensão ética do trabalho com a memória. Considero, ainda, bem significativo quando a autora trabalha com a “memória de massa”, acentuando que se trata do “lado moral e afetivo da História” (p. 193-224). Aqui, no Brasil, com certeza, é Sá um dos pesquisadores que melhor trata da memória social em uma perspectiva psicossocial (Sá, 2007), ao discutir os princípios unificadores do campo da memória social e mostrar o seu caráter construtivo e sua articulação com o pensamento social e sua dinâmica afetiva. Agora, pergunto-lhe: como foi deixar suas funções como docente e pesquisador nas universidades mencionadas? Pode nos contar um pouco a respeito?

JCJ – Durante os 20 anos que decorrem entre 1994 e 2014, data em que deixo de exercer funções institucionais, a minha atividade em termos de psicologia social vai ter lugar mais no Brasil e em Itália do que em Portugal. Na Itália deve-se a Annamaria de Rosa da Universidade “La Sapienza” de Roma, que conhecera em Ravello, em 1982, a iniciativa de criar um doutoramento europeu em Representações Sociais a partir de um Convénio Internacional que se concretizou em seminários anuais realizados sobretudo em Roma. O programa tinha assessoria de Serge Moscovici, Klaus Helkama da Universidade de Helsínquia e de mim próprio, um trio que reunia na Maison des Sciences de l’Homme, em Paris, e onde De Rosa fazia o balanço dos progressos alcançados em termos de internacionalização e expansão da teoria. A Professora Annamaria teve um papel de relevo fundamental para a divulgação e aprofundamento da TRS.

MFBA – Que bom saber dessas informações! Sei da importância da Professora Annamaria, mas só li o texto que ela escreveu sobre “O impacto das imagens e a partilha social de emoções na construção da memória social: uma chocante memória flash de massa do 11 de setembro até a guerra do Iraque” (De Rosa, 2005). É muito significativo, neste seu texto, o que ela denomina como “integração pluriparadigmática”, ao considerar, simultaneamente, as dimensões conceituais - *imagem, memória, representações sociais e sistemas de comunicação de massa*-, para analisar os efeitos dos acontecimentos trágicos do 11 de setembro, na busca de compreender o que intitula como “memória *flash* de massa”. Diante disso, o texto marca, ainda, a vertente da “memória social”, que abrange a memória dos meios de comunicação de massa e o papel das imagens e das emoções na construção e partilha social. Este texto faz me lembrar de outro, escrito por Villas Bôas (2015), também nossa Colega nas discussões entre Moscovici



e Bourdieu, e que tece, neste texto, reflexões sobre “História, memória e representações sociais”, apresentando uma “abordagem crítica e interdisciplinar”. A sua intenção é de propor discutir os usos públicos da memória e da história, sem deixar de lado a dimensão política e as representações sociais, especialmente, ao interpretar algumas singularidades referentes ao “golpe militar brasileiro” e à “criação da Comissão Nacional da Verdade”. O que nos faz refletir, mais uma vez, sobre a importância da vertente da “memória social” para os nossos estudos em representações sociais. Agora, sugiro retornarmos às teorias desenvolvidas por Moscovici, pois sei que o Sr. pode nos ajudar a compreender, melhor, alguns dos conceitos que se tornaram significativos para nossos estudos e pesquisas. Que tal, Professor, podemos partir para esta questão mais específica?

JCJ – Para voltar à questão mais específica do contacto com as teorias desenvolvidas por Serge Moscovici, julgo de recordar que estamos a falar de um autor multidisciplinar e não apenas do criador da TRS, a que o seu nome é mais associado. É certo que a sua obra magna “*A psicanálise, a sua imagem e o seu público*”, que corresponde à sua tese de doutoramento, publicada em 1961 e reformulada em 1976, continua a ser a referência absoluta que o consagrou. Mas SM não se limitou a introduzir este “novo olhar” na psicologia social enquanto proposta de uma mais ampla e integradora teoria social com vocação para unificar o campo das ciências sociais. Não menos inovadora será a sua contribuição no domínio mais específico dos processos de *influência social*, de carácter mais experimental, o que levou mesmo a colocar a questão duma possível incompatibilidade epistemológica com a lógica construtivista das TRS. Esta questão continua a ser debatida não sendo de excluir que na prática científica igualmente nos deparemos com o fenómeno da “*polifasia cognitiva*” – um conceito que o próprio SM introduziu para caracterizar crenças aparentemente, e só aparentemente, contraditórias.

MFBA – Sem dúvida, a obra de Moscovici é vasta e fértil, porque, para além da TRS (Moscovici, 2012), temos também a Teoria da Influência Social (Moscovici, 1985) e aquela que trata da Psicologia das Minorias Ativas (Moscovici, 2011b), além de tantas outras, como, por exemplo, “A invenção da sociedade” (Moscovici, 2011a), quando conquistou o Prémio Amalfi, um dos mais importantes da Europa. Trata-se de um livro que nos faz ter consciência da sociedade, em que vivemos, da história pela qual passamos, assim como das possibilidades de reinvenção de novas ideias para os múltiplos desafios que enfrentamos (e enfrentaremos) todos os dias. Ainda, não podemos nos esquecer de que há, por outro lado, pesquisadores e/ou estudiosos que seguem uma determinada teoria moscovicianiana, a da influência social e/ou a TRS, ou mesmo que se aproveitam de determinados conceitos moscovicianos para analisá-los mais de perto frente às suas práticas de pesquisa e/ou de ensino, no âmbito de uma perspectiva psicossocial. O que pensa o Professor a este respeito?

JCJ – No caso que estou a referir resulta mesmo paradoxal que SM seja hoje sobretudo debatido neste domínio dos processos de influência social, o que se deve, em grande medida, ao facto do acolhimento pela comunidade científica internacional hegemonzada pelo paradigma positivista norte-americano. De certo modo verifica-se como que um cisma nos continuadores de SM - os que se dedicaram a prosseguir a linha dos estudos sobre influência social e os que prosseguiram a linha da TRS. Entre estas duas sub comunidades não tem havido, ou pelo menos assim me parece, qualquer tentativa de diálogo. Respeitam-se fronteiras como se se tratasse de paradigmas incomensuráveis. Mas o próprio SM não parece ter mostrado interesse em projetar uma imagem de estrita coerência paradigmática. Pelo contrário, sempre vi nele o pensador criativo das “mil flores que desabroçam”, do “politeísmo metodológico”, na bela fórmula que Annamaria de Rosa gostava de invocar a seu respeito. Julgo, todavia, que em colaboradores da



primeira hora, como Willem Doise, sobretudo no que se refere aos processos de dinâmica de grupos, podemos encontrar pistas que permitem estabelecer a mediação entre os níveis macro das representações sociais, designadamente naquela que adquirem um largo consenso, a lembrar Emile Durkheim (1858-1917), e os níveis micro das relações inter individuais em pequenos grupos. Deve-se a ambos a publicação de uma obra “*Dissenso e Consenso – Uma teoria geral das decisões coletivas*” (Moscovici; Doise, 1991), publicada, em 1991, na versão portuguesa, em Portugal, e só um ano depois, em 1992, na versão francesa e, em 1994, na versão inglesa. Terá sido sobretudo essa zona mediadora que mais me terá atraído e mesmo influenciado nos estudos que levei a efeito no domínio dos processos de liderança e onde procurei aplicar a teoria da polarização desenvolvida por Serge Moscovici e Marisa Zavalloni (1969), teoria igualmente inovadora e hoje robustamente validada.

O fenómeno da polarização, ou seja, da tendência para a deliberação coletiva extremar as posições individuais fora identificada anteriormente, mas apenas como tendência para os grupos adotarem posições mais arriscadas do que a média das posições individuais. A SM deve-se, porém, a ideia de que tal tendência tanto se verifica para o polo do risco como para o polo da prudência e nem sequer se limita a situações de risco, mas a todo o domínio das opiniões, atitudes e crenças. Tanto quanto julgo saber esta linha iniciada por Serge Moscovici e Willem Doise terá nos dias de hoje uma ainda maior relevância dado o novo contexto das Redes Sociais digitalizadas em que vivemos, implicando mediações bem mais complexas e flexíveis e onde a passagem do nível micro para o nível macro se tornou mais difusa e problemática. A distinção que SM aí estabelece entre *grupos abertos* e *grupos fechados* estreitamente associada a sua teoria das minorias ativas enquanto geradoras de inovação social, parece-me adquirir hoje um significado mais claro na medida em que julgo confortar a ideia de que os mecanismos de polarização facilitam a abertura dos grupos ou pelo menos a diluição das suas fronteiras, sendo esse o processo que conduz das representações individuais às representações sociais. Esta perspectiva ajuda igualmente a entender a insistência de SM em demarcar as representações sociais, por natureza abertas, das ideologias, por natureza fechadas.

MFBA – Concordo com suas colocações, e destaco que ao ler o texto de Moscovici, Zavalloni e Louis-Guerin (1972), pude compreender em que medida esses estudos podem contribuir para que entendamos os efeitos de polarização na formação de percepções de pessoas e como são influenciadas no e pelo grupo em suas tarefas de julgamento, que podem até envolver uma “reorganização cognitiva”, conforme apontam. Por outro lado, o Sr. também cita o livro de Moscovici e Doise (1991), e, aqui, gostaria de registrar como foi importante, para mim, as colocações desses autores, especialmente, quando afirmam que o “consenso” parte de três ideias fundamentais: a *escolha*, a *confiança* e a *razão*. Entendem que a verdade e a força da *escolha* dependem da existência de um consenso; compreendem a *confiança*, na direção de não se temer a violência, evitar a suspeita e apostar na “boa-fé de cada um”; e que a *razão* é aquela que coloca “os indivíduos na via da ciência em comum” (p. 10). Para esses autores, o importante é reconhecer a realidade dos conflitos de opiniões e de interesses para que se possa conduzir as partes, e, sobretudo, procurar uma solução no meio de posições antagônicas. Talvez, o Sr. pudesse me perguntar por que dei privilégio à questão do “consenso”? E, já lhe respondo, porque me parece ser um elemento fundamental para que possamos refletir sobre nossas inquietações em torno da participação e reforçar práticas mais democráticas, em especial no campo da Educação, em que atuo. Até para enfrentar, como o Sr. aponta, o “fenômeno da polarização”, entre o “polo da prudência” e o “polo do risco”, que é tão comum em nossas práticas de formação e de profissionalização docente. Diante disso, tendo a concordar também com o Sr., quando se reporta aos mecanismos de polarização e em considerar, de acordo com



Moscovici, as “representações sociais, por *natureza abertas*, das ideologias, por *natureza fechadas*”. Sinto que, nesta breve explicitação, o Professor me fez voltar também àquele seu texto “Entre representações sociais e ideologias – o caso do gênero” (Jesuino, 2021), quando discute um texto anterior de Moscovici - “O fim das representações sociais?”. Volto a este seu texto, por dois motivos: 1º porque afirma que a TRS é uma teoria de carácter científico, baseada em uma metodologia que “reporta à razão e não à crença” (p. 281); e 2º ao considerar que as ideologias “remetem para uma ‘epistemologia da denúncia’, a que contrapõe como alternativa uma ‘epistemologia da crítica’, da confrontação de ideias” (p. 282, grifos seus). Considero, também, que aí está a *natureza aberta* da TRS, pois, ela confronta ideias, possibilita a abertura, a criticidade e estimula o diálogo científico e não ideológico. Mas, retomando a nossa questão, quais seriam os outros grupos que optaram por caminhos diferenciados? Até o momento, o Sr. já mencionou alguns, mas poderia fazer uma breve síntese a este respeito?

JCJ – Voltando à comunidade mais restrita reunida em torno da TRS, também aí se verificaram cismas, nomeadamente na abordagem estruturalista e decerto mais cognitivista da *Teoria Núcleo Central*, que já referi anteriormente, e as aproximações mais socio-genealógicas exploradas por Willem Doise, ou o olhar mais antropológico de Denise Jodelet (2005), no seu estudo sobre as representações da loucura numa localidade rural francesa de acolhimento de doentes mentais desinstitucionalizados. Na representação dos locais, a doença mental seria algo de orgânico com risco de contágio justificando a sua estigmatização. Numa comunidade fechada como era o caso do estudo da Jodelet, o consenso seria de fato a norma e a representação partilhada da loucura ou pelo menos dos exemplares ali observados teria um carácter “hegemónico” para lembrar o termo de Moscovici. Refiro-me apenas a tendências inaugurais que levam a aplicar o levantamento das representações a domínios óbvios como o da Saúde e da Educação, que continuam a oferecer as condições que conferem à TRS o lugar de Observatório Social, nos processos de mudança e de comunicação, bem como da dinâmica que os interliga. Não menos importante para o desenvolvimento da TRS terá sido a contribuição de Ivana Marková (1937 – 2024), embora só mais tarde tenha vindo a aderir à comunidade reunida em torno de SM e que igualmente muito se interessou e publicou sobre a questão da “confiança” que a Colega coloca. Neste sentido há um livro de Markova e Gillespie (2008), “Trust and Distrust: sociocultural perspectives”, em que colaboro com um dos capítulos, intitulado “Theorizing the Social Dynamics of Trust in Portugal” (Jesuino, 2008).

Ivana Marková era uma psicóloga social nascida na República Checa que, uma vez exilada, veio ser professora na Universidade de Stirling na Escócia. Era especialista em temas de linguagem e deve-se a ela ter-nos familiarizado com o dialogismo de Mikhail Bakhtin (1895-1975), tal como o próprio SM reconhece numa longa entrevista que lhe concede, em 2000, hoje um texto fundamental para melhor entendermos o itinerário intelectual de SM⁷. A obra “*Dialogicality and Social Representations*” de IM publicada, em 2003, constitui outro marco incontornável para uma leitura mais compreensiva da TRS, mas sobretudo pela forma como mostra como as representações se constroem através da comunicação. Posso e devo dizer que devo a Ivana Marková ter-me alertado para o dialogismo enquanto alternativa à dialética, ou seja, aos processos comunicacionais que tendem a abrir em lugar de fechar os grupos nas suas fronteiras identitárias e, assim, facilitar as influências recíprocas não necessariamente convergentes. A poliglossia em lugar de monoglossia, na terminologia de Bakhtin, ou também, o dialogismo em lugar do monologismo.

⁷ Aqui, o Prof. Jesuino está se referindo ao livro de Moscovici (2005) e, também, à entrevista entre SM e IM, intitulada “Ideias e seu desenvolvimento: um diálogo entre Serge Moscovici e Ivana Marková” (Moscovici, 2005, p. 305-387).



MFBA – Aqui, no Brasil, os estudos de Ivana Marková (2006) são bem significativos, na medida em que contribui para a compreensão dos conceitos de “dialogicidade” e “representações sociais” como “dinâmicas da mente”. Considero muito pertinente, quando esta autora, ao discutir a TRS, distingue dois significados que são interconectados: refere-se à TRS como a teoria do conhecimento social; e anuncia que se trata de uma teoria que diz respeito ao estudo dos fenômenos sociais específicos, que aparecem no discurso público. Além desses aspectos, Marková (2006) também nos esclarece que “a teoria do conhecimento social e a teoria específica das representações sociais alimentam-se entre si” (p. 280). Considero, também, muito importante, quando ela se reporta a dois outros conceitos da TRS: a *themata* (ou *thema* no singular) e a *thematização* (Marková, 2006, p. 243-275). Para a autora, “themata são conceitos dialógicos que contribuem significativamente com o desenvolvimento teórico da teoria das representações sociais, como uma teoria do conhecimento” (p. 248). Mais adiante, ela nos esclarece que as *thematas* “são normalmente pressuposições teóricas que orientam e restringem o pensamento científico de dentro para fora. Elas não estão normalmente explícitas nas terminologias científicas e podem ser amplamente reveladas através de metaanálises” (p. 250). Já, “a *thematização* e a *re-thematização* das representações sociais acontecem através de estilos diferentes de pensamento e comunicação” (p. 268). Marková (2006, p. 268) ainda reforça que estes estilos “são estruturados por posições sociais de interlocutores, por suas inter-relações pessoais, por normas e regras de educação e tradição”.

Chamo a atenção, Professor, que, em outro texto, Marková (2017) retoma o conceito moscoviciano de *polifasia cognitiva*, já comentado pelo Sr., definindo-o como: “a coexistência simultânea e dinâmica das diferentes modalidades de pensamento e conhecimento, como o tradicional e o moderno ou ritualístico e científico” (p. 363); além de afirmar que a “polifasia cognitiva é caracterizada por tensão, conflito e restrições, ao invés de equilíbrio e adaptação” (p. 363). Por último, é importante levar em conta os estudos de Marková (2006, 2017), pois, dizem respeito aos “aspectos linguísticos da *thematização*”, à “polifasia no pensamento e no conhecimento”, às “explorações da fala e dos gêneros de comunicação”, às “interdependências entre a tecnologia moderna, a dialogicidade e o relevante fenômeno macrosocial” (Marková, 2006, p. 281). Entretanto, o que considero muito significativo, na obra de Marková (2006), é a compreensão da TRS como uma teoria do conhecimento social. O Sr. que a conheceu bem perto e que trabalhou com ela tem algo mais a dizer?

JCJ – Ainda que Ivana Marková fosse pouco sensível à perspectiva do Núcleo Central, o novo olhar que propõe acabou por contribuir para colocar reservas à ideia de um centro que organiza a periferia das representações cognitivas, conferindo ao invés maior agentismo à dinâmica das periferias na construção de um transiente centro. Essa é uma viragem que os teóricos da TNC já admitiam desde Claude Flament e agora por maioria de razão. Vejam-se nomeadamente as obras mais recentes de Pascal Moliner. Quanto à obra de 2016 da Marková, publicada no Brasil, não poderia deixar de estar mais de acordo com a Colega apenas me permitindo relevar a centralidade de noções como a “confiança epistêmica” e “responsabilidade epistêmica”, que ela introduz no âmbito da Teoria Social. Se é certo que para Serge Moscovici a lógica comunicacional complementa e é mesmo condição de possibilidade dos processos representacionais. Basta lembrar a obra inaugural sobre a Psicanálise em França nos anos 1950, é sobretudo a Marková que ficamos a dever o aprofundamento da lógica que articula os dois processos.

Tive ocasião de colaborar com várias iniciativas editoriais que IM organizou, mas gostaria de lembrar aqui a mais recente, que teve lugar em 2018, no número especial da revista



Culture & Psychology, dedicado a Gustav Jahoda (1920-2016): um psicólogo social que fez duras críticas à TRS em 1988. Tive então oportunidade de voltar nesse texto a Jean Piaget de quem Gustav Jahoda fora de certo modo continuador nas suas pesquisas com crianças, mas que igualmente influenciou SM em termos da epistemologia construtivista (Marková; Jesuíno, 2018). A ideia de confrontar as teorias de SM com as teorias de JP vieram a constituir toda uma linha de pesquisa bem documentada na obra de Gerard Duveen (1951-2008), a quem se deve a primeira iniciativa da tradução para inglês da “*Psychanalyse, son image et son public*”, em 2008. A inexistência de uma tal tradução poderá, de algum modo, explicar que a TRS tivesse um escasso acolhimento na comunidade de língua inglesa e isso não obstante os esforços de divulgação devidos a Robert Farr e Serge Moscovici, que editaram uma obra em inglês dedicada à divulgação da TRS, em 1984, e para a qual contribuíram diversos autores da psicologia social europeia. Essa obra coletiva é paralela à editada por Denise Jodelet, em 1989, em língua francesa, ambas passando a constituir uma consulta obrigatória para o estudo da TRS.

MFBA – Em relação a Duveen, considero que o meu primeiro contato com este autor foi a partir dos instigantes textos “O poder das ideias” (Duveen, 2005) e “Crianças enquanto atores sociais: as representações sociais em desenvolvimento” (Duveen, 2003). Em relação a este último, recordo-me da interpretação realizada por Castorina (2009), ao indicar Duveen como o principal pesquisador que estudou as relações entre a TRS e a Psicologia do Desenvolvimento, analisando o pensamento de Piaget e Vygotski em relação ao conhecimento social das crianças. Também, após a morte de Duveen, em 2008, foi lançado o livro editado por Moscovici, Jovchelovitch e Wagoner (2013) a respeito de suas contribuições para o desenvolvimento como um processo social. Este livro se organiza em três seções, que abordam: 1º o engajamento de Duveen com Jean Piaget; 2º o papel da vida social no desenvolvimento humano e na construção da cognição; e 3º as representações sociais e identidades sociais. Trata-se de um precioso apanhado de quase toda a obra de Duveen, além de se constituir como uma bela homenagem a este autor e um maravilhoso presente a todos nós. Pergunto, agora, se o Sr. se recorda mais de alguma vertente a partir da TRS, de Moscovici?

JCJ – Haveria ainda uma outra fonte da obra de SM a exercer um tratamento separado. Refiro-me à linha da Filosofia da Ciência, que culmina com a publicação da “*Histoire Humaine de la Nature*” (Moscovici, 1968), outra obra que ficou esquecida embora continuada por toda uma série de ensaios de mais ampla divulgação, todos elas conduzindo à questão central que SM designa por “*Questão Natural*”, que a seu ver será a questão ecológica que ameaça a sobrevivência do planeta em que vivemos. A praxis ecologista, preconizada por SM, constitui uma ocasião para aplicar a sua tese das minorias ativas enquanto fonte de mudança e, neste caso, como sensibilização das representações do senso comum quanto à urgência de mudar não apenas de regulações sociais, mas o próprio modelo de contrato social hegemônico a que estamos sujeitos desde o Iluminismo. Esta faceta da obra de SM é de resto aquela com a qual sinto atualmente mais afinidade por ser a área que nos últimos dez anos maior atenção me tem despertado. De qualquer modo não se trata de mudar de paradigma, mas apenas da passagem, por um lado, a níveis de análise necessariamente mais abstratos e generalistas e, por outro lado, a uma revisão das fronteiras disciplinares no campo das ciências, tanto naturais como humanas, para o que tanto Jean Piaget como Serge Moscovici continuam a constituir passagens obrigatórias.

MFBA – Realmente, esta obra de Moscovici (1968) é muito especial, para os dias de hoje, e é de uma genialidade incrível e de uma amplitude invejável. São 606 páginas que tratam dos

“processos naturais e da sucessão dos estados da natureza” (1ª parte); depois, Moscovici discute “a evolução das categorias e das disciplinas naturais (2ª parte); e, em seguida, aborda a “sociedade e história humana da natureza” (3ª parte). O mais interessante é que, em suas *conclusões*, o autor indica duas temáticas. A primeira se intitula “Por uma nova ciência: a tecnologia política” (p. 659– 679), e propõe um programa de tecnologia política, destacando “a história geral da educação” e a “história da formação da espécie humana” sob o ponto de vista de “diferentes histórias” (p. 678), e colocando em destaque “o aspecto dinâmico da tecnologia política” (p. 679). Além disso, propõe, na segunda parte de suas conclusões, trazer à tona um olhar para o tema – “Duas culturas ou apenas uma” (p. 680- 694) – e tece a seguinte reflexão final: “quem desenvolve a teoria projeta seu movimento e sua linguagem sabendo que somente a raça humana [...] acrescenta ao anúncio da verdade o poder da realidade” (p. 694, tradução nossa). Tendo em vista essas diferentes rupturas nas abordagens teóricas, desenvolvidas por Moscovici (1968, 1985, 2005, 2011a, 2011b, 2012) e desdobradas por outras vertentes, tal como vimos, o Sr. pode nos explicar o que está considerando como um “trabalho de fronteira”?

JCJ – Sob este último aspecto relativo ao “*trabalho de fronteira*” não posso deixar de mencionar o projeto que nos reuniu a ambos, estimada Colega, sob a iniciativa do nosso malgrado Colega Moisés Domingos Sobrinho (1958-2021), de constituirmos um “grupo de reflexão” sobre as fronteiras entre Psicologia Social e Sociologia ou mais especificamente entre a TRS de SM e as teorias de Campo Social de Pierre Bourdieu (1930-2002), uma temática já referida por Willem Doise e sobre a qual viemos a publicar textos em conjunto conforme mencionado. Num desses textos com o título “*The crowd a boundary object in social sciences*” (Jesuíno, 2023), como capítulo de uma obra colectiva sobre interdisciplinaridade de 2023, examino a polémica que ocorreu, em 1982, por ocasião da publicação de “*L’âge des foules*” de SM, debate que teve lugar na Radio France, mas raramente referido ou comentado tanto por psicólogos sociais e sociólogos familiarizados com estes temas. Concluo, nesse estudo, que as relações interdisciplinares mesmo quando parecem óbvias são difíceis, sobretudo quando a dialética se sobrepõe ao dialogismo.

MFBA – Prof. Jesuíno, lembro-me quando o Sr. falou a respeito desta sua publicação, a partir do texto que o nosso saudoso Amigo Moisés havia transcrito, e tendo a concordar, também, com as conclusões deste seu estudo. Agora, gostaria de destacar que a partir dessa mesma transcrição, escrevemos um texto intitulado “Abordagem psicossocial das massas: o debate Serge Moscovici e Pierre Bourdieu e contribuições para a educação” (Lima, Villas Bôas, Abdalla, 2022). Tínhamos, como intenção, recuperar a problematização em torno dos conceitos de “massas” e de “multidões” em uma perspectiva psicossocial e, se possível, indicar interfaces com a educação. Pretendíamos, também, indicar alguns elementos no debate entre Moscovici e Bourdieu, que pudessem contribuir para compreender a *noção de massas* e o *lugar das crenças* neste contexto, a fim de pensar o cenário atual da educação brasileira. Para nós, o problema da *crença* tornou-se fundamental; e, nesta direção, esboçamos três aspectos, abordando: 1º as políticas educativas e suas normas de regulação e controle; 2º as possibilidades de estratégias de ação e de superação no enfrentamento dos obstáculos; e 3º os efeitos de influência da educação para fomentar crenças nos sujeitos a fim de que “compreendam a lógica do mundo social e suas possibilidades de exercer uma liderança nesse sentido” (p. 248). Em nosso entendimento, esses aspectos continuam presentes na história do campo educacional, e, por vezes, provocam desencantos, inseguranças, contradições, “potencializando formas de conformismo, de um lado, e de resistência, de outro” (p. 248). O que gerou pistas para compreendermos algumas das questões educacionais nos tempos de hoje.



Para finalizar esta nossa “conversa”, gostaria de lhe perguntar se ainda haveria mais algum ponto para que possamos compreender a importância da TRS em nossas pesquisas e, em especial, aquelas que se orientam para o campo educacional.

JCJ – Haveria certamente muito mais a comentar, apenas sobrevoamos uma paisagem, assinalando um ou outro monumento mais saliente, deixando para mais tarde uma visita mais prolongada. Serge Moscovici foi um intelectual de largo espectro desafiando qualquer tentativa de síntese coerente que possivelmente nunca procurou. Dava prioridade à inovação, sempre considerou que a característica fundamental da ciência seria a sua fecundidade. Detentor de vasta cultura, movimentava-se bem tanto no domínio das chamadas ciências duras como no das ciências sociais, além de frequentar a literatura universal onde tanto se inspirou. A coisa pública também o mobilizou chegando a candidatar-se a cargos políticos enquanto ecologista militante. Declinando um conhecido antigo aforisma - “nada de humano lhe era estranho”. Devemos-lhe ter criado escola através dum núcleo de colaboradores próximos que não se limitaram a validar as suas hipóteses, antes ajudaram a diversificar tanto os modelos teóricos como as suas múltiplas aplicações. No Brasil, encontrou uma particular audiência como se fosse a chave ajudando a decifrar a sua aquarela. Tivemos ocasião de falar de alguns desses seus continuadores e discípulos, mas temos consciência de que muitos outros foram injustamente silenciados. Entretanto, a teoria das representações sociais como de resto todo o campo das ciências sociais senão mesmo da ciência como um todo tende a adquirir novas configurações e novas fronteiras, tanto em termos internos como nas dinâmicas políticas que lhes conferem centralidade na sociedade global. Hoje somos todos construtivistas sem todavia qualquer cumplicidade ingenuamente relativista. Mas nem por isso nos sentimos menos perplexos e menos inquietos com a deriva para as novas hegemonias tecnocráticas.

Uma última palavra de agradecimento à Colega Fátima Abdalla pela ideia desta troca de ideias sobre temas que nos são comuns e em que temos trabalhado em parceria. E também uma saudação ao acolhimento proporcionado pela comunidade editorialista brasileira pelo espaço que persiste em conceder ao debate destas recicladas questões.

MFBA – Por fim, aproveito para lhe agradecer, mais uma vez, por esta oportunidade de estarmos juntos, novamente, refletindo sobre questões tão significativas que nos permitem pensar como é valiosa esta troca de palavras, de experiências e de ideias no sentido de continuarmos com nossas lutas no enfrentamento de nossos desafios, que não são poucos!

Tudo isso me faz, ainda, lembrar das palavras de Moscovici (2012, p. 426), quando diz: “As lutas das ideias, qualquer que seja sua forma, se não resolve sempre o que se propõe, responde necessariamente a um ideal de verdade do qual podemos algumas vezes nos afastar, mas nunca nos separar”. Então, sigamos juntos com essa nossa luta por ideias e pela Vida!

Referências

ABDALLA, Maria de Fátima Barbosa (org.). **Bourdieu e Moscovici: fronteiras, interfaces e aproximações**. Santos: Editora Universitária Leopoldianum, 2019.

ABDALLA, Maria de Fátima Barbosa. Dialogue with Jorge Correia Jesuíno. **Revista Educação e Cultura Contemporânea**. Rio de Janeiro, v. 19, n. 58, p. 307-329, 2022.

ABDALLA, Maria de Fátima Barbosa. A new Conversation with Jorge Correia Jesuíno. **Revista Eletrônica Pesquiseduca**. Santos, v. 16, n. 42, p. 414-444, nov. 2024.



ABDALLA, Maria de Fátima Barbosa; DOMINGOS SOBRINHO, Moisés; CAMPOS, PEDRO HUMBERTO FARIA. Apresentação - Repensando o social: diálogos com Pierre Bourdieu e Serge Moscovici. **Cadernos de Pesquisa**, v. 48, n. 167, p. 10-13, jan./mar. 2018.

ABRIC, Jean-Claude. **Pratiques sociales et représentations**. Paris : Preses Universitaires de France, 1994.

ABRIC, Jean-Claude. O estudo experimental das representações sociais. In: JODELET, D. (org.). **As Representações Sociais**. Tradução de Lilian Ulup. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001, p. 155-171.

CASTORINA, José Antonio. Gerard Duveen: un enfoque dialéctico para relacionar la teoría de las Representaciones Sociales y la Psicología del Desarrollo. **Psicologia da Educação**, São Paulo, n. 29, p. 7-26, 2º sem.2009.

DE ROSA, Annamaria Silvana. O impacto das imagens e a partilha social de emoções na construção da memória social: uma chocante memória *flash* de massa do 11 de setembro até a guerra do Iraque. In: SÁ, C. P. de (org.). **Memória, imaginário e representações sociais**. Rio de Janeiro: Museu da República, 2005, p. 121- 164.

DOISE, Willem. Attitudes et représentations sociales : um bref aperçu historique. In: JODELET, D. (org.). **Les Représentations Sociales**. Paris : Les Presses universitaires de France, mars 1989, p. 242-261.

DOISE, Willem. Da Psicologia Social à Psicologia Societal. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**. Brasília, v. 18, n. 1, p. 27-35, jan./abr. 2002a.

DOISE, Willem. Jalons pour une psychologie sociétale. In: GARNIER, C. (ed.). **Les forms de la pensée sociale**. Paris: Presses Universitaires de France (PUF), 2002b, p. 79-93.

DUVEEN, Gerard. Crianças enquanto atores sociais: as representações sociais em desenvolvimento. In: GUARESCHI, P. A.; JOVCHELOVITCH, S. (org.). **Textos em Representações Sociais**. 8ª ed. Petrópolis: Vozes, 2003, p. 261-293.

DUVEEN, Gerard. O poder das ideias. In: MOSCOVICI, S. **Representações Sociais: investigações em psicologia social**. 3ª. ed. Petrópolis: Vozes, 2005.

FLAMENT, Claude. Estrutura e dinâmica das representações sociais. In: JODELET, D. (org.). **As Representações Sociais**. Tradução de Lilian Ulup. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001, p. 173-186.

GOMES, Lauren Beltrão *et al.* Pesquisas transculturais em psicologia do desenvolvimento: considerações teórico-metodológicas. **Arquivo Brasileira de Psicologia**. Rio de Janeiro, v. 70, n. 11, p. 260-275, 2017.

JESUÍNO, Jorge Correia. Continuidades e descontinuidades da psicologia à sociologia. **Psicologia**, v, 1, n. 1, p. 5-9, 1980.

JESUÍNO, Jorge Correia. **O que é Psicologia**. Lisboa: Quimera, 1992.



JESUÍNO, Jorge Correia. A Psicologia Social Europeia. *In*: VALA, J.; MONTEIRO, M.B. (org.). **Psicologia Social**. 3ª ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1997a, p. 49-59.

JESUÍNO, Jorge Correia. Estruturas e processos de grupo: interações e factores de eficácia. *In*: VALA, J.; MONTEIRO, M.B. (org.). **Psicologia Social**. 3ª ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1997b, p. 259-286.

JESUÍNO, Jorge Correia. Latin europeu cluster: from South to North. **Journal of World Business**, Elsevier, v. 37, n.1, p. 81-89, March 2002.

JESUÍNO, Jorge Correia. Theorizing the Social Dynamics of Trust in Portugal. *In*: MARKOVÁ, Ivana; GILLESPIE, Alex (ed.). **Trust and Distrust: sociocultural perspectives**. Charlotte, N.C.: IAP, 2008, p. 179-206.

JESUÍNO, Jorge Correia. Conversação com Serge Moscovici. *In*: JESUÍNO, J.C.; MENDES, F. R. P.; LOPES, M. J. (org.). **As representações sociais nas sociedades em mudança**. Petrópolis: Vozes, 2015, p. 327-348.

JESUÍNO, Jorge Correia. Entre representações sociais e ideologias – o caso do gênero. *In*: ROSO, Adriane *et al.* (org.). **Mundos sem fronteiras: representações sociais e práticas psicossociais**. Florianópolis: ABRAPSO Editora, 2021, p. 280-319.

JESUÍNO, Jorge Correia. The crowd a boundary object in social sciences. *In*: POMBO, O.; GÄRTNER, K.; JESUÍNO, J. C. (ed.). **Theory and Practice in the interdisciplinary production and reproduction of scientific knowledge: ID in the XXI Century**. Berlin: Springer Verlag, 2023, p. 205-221.

JODELET, Denise. Representações sociais: um domínio em expansão. *In*: JODELET, D. (org.). **As Representações Sociais**. Tradução de Lilian Ulup. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001, p. 17-44.

JODELET, Denise. **Loucuras e Representações Sociais**. Petrópolis: Vozes, 2005.

JODELET, Denise. A fecundidade múltipla da obra “Psicanálise, sua imagem e seu público”. *In*: ALMEIDA, A. M. de; SANTOS, M. F. de S.; TRINDADE, Z. A. (org.). **Teoria das Representações Sociais: 50 anos**. Brasília: Technopolitik, 2011, p. 199-223.

JODELET, Denise. **Representações sociais e mundos de vida**. Edição de Nikos Kalampalikis (org.). Tradução de Lilian Ulup. Paris: Éditions des archives contemporaines. São Paulo: Fundação Carlos Chagas; Curitiba: PUCPress, 2017.

LIMA, Rita de Cássia Pereira; VILLAS BÔAS, Lúcia; ABDALLA, Maria de Fátima B. Abordagem psicossocial das massas: o debate entre Serge Moscovici e Pierre Bourdieu e contribuições para a educação. **Revista Educação e Cultura Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 58, p. 233-257, 2022.



MARKOVÁ, Ivana. **Dialogicidade e Representações Sociais**: as dinâmicas da mente. Petrópolis: Vozes, 2006.

MARKOVÁ, Ivana. A fabricação da Teoria das Representações Sociais. **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo, v. 47, n. 163, p. 358-375, jan./mar. 2017.

MARKOVÁ, Ivana; GILLESPIE, Alex (ed.). **Trust and Distrust**: sociocultural perspectives. Charlotte, N.C.: IAP, 2008.

MARKOVÁ, Ivana; JESUÍNO, Jorge Correia. Social psychology as a developmental discipline in the dynamics of practical life: Gustav Jahoda's pioneering studies on children's social thinking. **Culture & Psychology**, v. 24, Issue 3, p. 343-357, September, 2018.

MOSCOVICI, Serge. **Essai sur l'histoire humaine de la nature**. Paris: Flammarion Éditeur, 1968.

MOSCOVICI, Serge. **Psicología Social I**: influencia y cambio de actitudes. Individuos y grupos. Barcelona: Editorial Paidós, 1985.

MOSCOVICI, Serge. **Representações Sociais**: investigações em psicologia social. 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 2005.

MOSCOVICI, Serge. **A invenção da sociedade**: Sociologia e Psicologia. Petrópolis: Vozes, 2011a.

MOSCOVICI, Serge. **Psicologia das minorias ativas**. Petrópolis: Vozes, 2011b.

MOSCOVICI, Serge. **A Psicanálise, sua imagem e seu público**. Petrópolis: Vozes, 2012.

MOSCOVICI, Serge; DOISE, Willem. **Dissenso e consenso**: uma teoria geral das decisões coletivas. Tradução de M. Fernanda Jesuíno. Lisboa: Horizonte Psicologia, 1991.

MOSCOVICI, Serge; JOVCHELOVITCH, Sandra; WAGONER, Brady (ed.). **Development as a Social Process**: contributions of Gerard Duveen. London and New York: Routledge Taylor & Francis Group, 2013.

MOSCOVICI, Serge; ZAVALLONI, Marisa. The group as a polarizer of attitudes. **Journal of Personality and Social Psychology**, v. 12, n. 2, p. 125-135, 1969.

MOSCOVICI, Serge; ZAVALLONI, Marisa; LOUIS-GUERIN, Christiane. Studies of polarization of judgements: I. Group effects on person perception. **European Journal of Social Psychology**, v. 2, n. 1, p. 87-91, jan. 1972.

OLIVEIRA, João Manuel de; AMÂNCIO, Lígia. Teorias feministas e representações sociais: desafios dos conhecimentos situados para a psicologia social. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 14, n. 3, p. 597-615, set./dez. 2006.

SÁ, Celso Pereira de. **Núcleo central das representações sociais**. Petrópolis: Vozes, 1996a.



SÁ, Celso Pereira de. Representações Sociais: teoria e pesquisa do núcleo central. **Temas em Psicologia**, n. 3, p. 19-33, 1996b.

SÁ, Celso Pereira de. **A construção do objeto de pesquisa em Representações Sociais**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998.

SÁ, Celso Pereira de. Sobre a Psicologia Social no Brasil, entre memórias históricas e pessoais. **Psicologia & Sociedade**, v. 19, n. 3, p. 7-13, 2007.

SÁ, Celso Pereira de; ARRUDA, Angela. O estudo das representações sociais no Brasil. **Revista de Ciências Humanas**. Florianópolis: EDUFSC, Edição Especial Temática, p. 11-31, 2000.

SÁ, Celso Pereira de; CASTRO, Paula (org.). **Memórias do descobrimento do Brasil**. Rio de Janeiro: Editora do Museu da República, 2005.

SÁ, Celso Pereira de; OLIVEIRA, Denize Cristina de; MÜLLER, Renato Cesar; NAIFF, Denis Giovanni Monteiro. A memória social do descobrimento do Brasil: seu estado em 1999. **Temas em Psicologia da SBP**, v. 8, n. 3, p. 301-312, 2000.

SOUSA, Clarilza Prado de Sousa; NOVAES, Adelina. Intercambios entre la educación y la teoría de las representaciones sociales en Brasil. **Psicologia da Educação**, São Paulo, n. 55, p. 119-128, 2022.

TAJFEL, Henri. **Grupo humanos e categorias sociais**. Tradução Lígia Amâncio. Lisboa: Horizontes, 1981.

VALA, Jorge; MONTEIRO, Maria Benedicta (org.). **Psicologia Social**. 3^a. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1997.

VILLAS BÔAS, Lúcia. História, memória e representações sociais: por uma abordagem crítica e interdisciplinar. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 45, n. 156, p. 244-0258, abr./jun. 2015.

